

Boletim Número 99**Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2024****EDITORIAL**

O Boletim de nº 99 traz uma cobertura especial voltada para discutir os 60 anos do golpe militar no Brasil. A ditadura, que no início se afirmava como um governo provisório até 1965, acabou por durar 21 anos e trouxe consigo submissão completa ao capitalismo norte-americano, repressão, tortura e morte de seus opositores. Portanto, com este presente boletim, buscamos debater as condições em que o golpe se concretizou, todo o seu impacto na conjuntura sociopolítica da época e como tratamos a memória, passada e atual, deste trágico acontecimento na história do nosso país. Desta forma, esperamos também fazer justiça à memória de todos que resistiram, lutaram e até mesmo deram suas vidas contra a ditadura.

Também buscamos tratar da falta de empenho do governo Lula 3 em discutir a memória sobre a ditadura militar em prol de uma conciliação com a casta militar. Acrescentamos ainda a entrevista dada por José Cláudio Souza Alves, onde o sociólogo explica como a milícia do Rio de Janeiro é uma herança provinda do regime militar. Tal herança se apresenta como cada vez mais institucionalizada no poder público, quebrando a ideia de que são um “poder paralelo”, e continuando a fazer vítimas daqueles que buscam enfrentá-la, como a vereadora Marielle Franco, assassinada junto com seu motorista, Anderson Gomes, em 2018; algo que também buscamos debater nesta edição 99.

Na agenda acadêmica, trouxemos eventos que buscam discutir a ditadura militar, incluindo a exposição sobre a remoção da Favela do Esqueleto, antiga comunidade que se localizava no espaço onde fica a UERJ atualmente. Acreditamos que a remoção de favelas é uma das muitas repressões feitas no período militar que infelizmente acabam por ser esquecidas.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões e inspirações para debates. Ditadura Nunca Mais!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I***Os 60 anos do golpe deve ser um dia para celebrar a democracia*****Por Carolina Maria Ruy**
27/03/2024

Conhecer a história não significa prender-se ao passado. Ela diz muito sobre o presente e sobre o futuro. Abordo aqui cinco motivos que reforçam a importância de fazer

dos 60 anos do golpe militar, uma data de reafirmação da democracia e da soberania, tanto por parte dos cidadãos e cidadãs, quanto por parte do poder público.

1 – Honrar a memória dos que lutaram.

É preciso honrar aqueles que lutaram na resistência. Sob dura repressão, a luta contra a ditadura exigiu coragem e desprendimento. Organizados muitas vezes de forma clandestina, em partidos e grupos de esquerda, ou equilibrando-se em maneiras de driblar a vigilância, como parte da imprensa alternativa, sindicatos e entidades de classe, muitos se dedicaram ao combate ao regime, expondo-se ao risco da tortura e morte.

Segundo o relatório Brasil: Nunca Mais, pelo menos 1.918 prisioneiros políticos afirmaram que foram torturados entre 1964 e 1979 (Casos de tortura e mortes continuaram mesmo depois da Anistia de 1979). Cada vez mais fica claro que a ditadura promoveu o horror e o arbítrio em larga escala. Mas somente o reconhecimento oficial de cada crime levará à almejada justiça e reparação.

2 – A ditadura aprofundou a cultura da violência.

A violência do regime reforçou o caráter repressivo da polícia e acentuou a discriminação contra o povo pobre. A prática da tortura foi aprimorada e, com o fim da ditadura, passou a agravar a violência policial. Além disso, o regime incentivou grupos de extermínio como o esquadrão da morte e grupos de milícias.

Segundo o sociólogo Benedito Mariano, que foi ouvidor das polícias de São Paulo: “A lógica do policiamento ostensivo-repressivo executado por instituições fechadas, aquarteladas, com essa visão militar, vem do Império. E a ditadura militar reforçou esse caráter repressivo do sistema. A figura da polícia-política foi construída durante os períodos da ditadura Vargas (1937 a 1945) e a ditadura militar (1964 a 1985). Esta polícia servia muito mais aos interesses do Estado autoritário do que à população”, disse em entrevista para a Revista Princípios1.

3 – A ditadura desfalcou o país de importantes quadros políticos.

Com a prática ostensiva de perseguição, censura, tortura e mortes, o regime privou o país de quadros políticos, culturais e do movimento social que poderiam fazer a diferença atualmente.

O regime asfixiou o jornal Última Hora, fundado pelo jornalista Samuel Wainer, até ele ser vendido para a Folha de São Paulo, em 1971. Era um jornal popular e inovador, o único da grande imprensa que defendeu João Goulart na época do golpe. Também cerceou o espaço, a liberdade e os recursos da imprensa alternativa, que na época conseguia atingir um grande público, como os jornais O Pasquim, Opinião e Movimento.

O regime afastou personalidades da vida nacional impondo a elas a necessidade de um longo exílio, como foi o caso de Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Gregório Bezerra, José Ibrahim entre tantos outros. Pessoas que teriam feito a diferença nas articulações para uma organização eficiente da resistência e, sobretudo, no processo de redemocratização, mas que foram compulsoriamente afastadas da vida nacional.

O regime matou pessoas que ainda tinham muito a contribuir com o país, com ideias e com ações, como o metalúrgico Santo Dias, a estilista Zuzu Angel, os estudantes Stuart Angel Jones e Alexandre Vannucchi Leme, os ativistas Helenira Resende, Zequinha Barreto e Carlos Lamarca e os políticos Pedro Pomar, Maurício Grabois e Carlos Marighella.

Com isso, a ditadura alimentou uma imprensa mais elitizada e que defendia o avanço do neoliberalismo, criou um ambiente para uma transição pactuada e indulgente e acuou partidos de esquerda e movimentos sociais, principalmente aqueles críticos ao liberalismo.

4 – A ditadura escancarou o país para o capital internacional e para a política dos EUA.

Durante seus 21 anos a ditadura esteve alinhada politicamente aos Estados Unidos da América. No Brasil, assim como em outros países da América Latina durante a Guerra Fria, os EUA exerceram um tipo de neoimperialismo econômico e cultural.

Tratava-se de um sistema que ia na contramão da política antiliberal e pró geração de emprego decente, direitos trabalhistas e aumento salarial, defendida por Getúlio Vargas e João Goulart.

A política econômica da ditadura baseou-se no arrocho salarial, na retirada de direitos, no aumento da dívida externa e na explosão da inflação, o que levou a um progressivo empobrecimento e enfraquecimento da classe trabalhadora.

5 – Pela reafirmação da democracia e da soberania, devemos conhecer a história do país.

No senso comum, o conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil ainda é precário. Ideias vagas sobre golpe e intervenção, que muitas vezes surgem no debate político, não traduzem o que ocorreu em 31 de março de 1964, seus antecedentes e suas consequências. A carência deste conhecimento se agrava quando as novas gerações perdem vínculo com pessoas e entidades que passaram por aquele período difícil e a história não é transmitida.

Por outro lado, a construção permanente de uma nação democrática exige a compreensão das bases sobre as quais estão fundadas esta democracia. A consolidação de uma identidade nacional não deve ser feita só de símbolos, mas principalmente, de uma história compartilhada. O brasileiro cresce enquanto cidadão quando domina sua história e esta é a essência de um país soberano.

Encerrada há 39 anos, a ditadura militar ainda é um assunto sensível para o país. Suas consequências permanecem nas relações sociais, políticas e econômicas. A ditadura mudou o curso do desenvolvimento, redirecionando-o para que a econômica de mercado prevaleça sobre interesses sociais. E a abertura democrática iniciada em 1985 foi um processo que encontrou e ainda encontra grande resistência. Portanto, é fundamental que o povo se aproprie desta história.

Não se trata de revanchismo, muito menos de acusar o conjunto das Forças Armadas de golpistas e promotores da violência. Ao contrário, valorizar os exércitos, as polícias e demais forças de defesa faz parte da construção de uma democracia ativa e soberana. Mas isso não significa fechar os olhos para os erros do passado.

O debate sobre a história diz respeito ao presente e ao futuro. Ele liberta a população de um ciclo vicioso que a oprime e a aliena, proporcionando escolhas e caminhos que podem mover a sociedade para um ciclo virtuoso e emancipador.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/27/os-60-anos-do-golpe-deve-ser-um-dia-para-celebrar-a-democracia>

Em Foco II

1964: sim, havia um esquema militar capaz de evitar o golpe

Por Milton Temer
31/03/2024

No debate sobre o golpe que derrubou o governo popular-democrático de João Goulart, o tema sobre a correlação de forças, e a forma como se comportaram os militares no episódio trágico, é provavelmente o que abre mais espaço para polêmicas interpretativas. As correntes golpistas eram imbatíveis? E quanto ao governo? Havia, ou não, um esquema militar capaz de garantir a legalidade constitucional?

Como oficial de Marinha cassado devido à militância em defesa do governo Jango, e de suas Reformas de Base, pelo que vi e ouvi, na curta experiência de membro, já nos últimos dias, do gabinete do almirante Paulo Mario, ministro legalista, e pelo que depois aprendi em tudo o que vinha à luz por diversas fontes, não hesito em afirmar: sim, o golpe poderia ser evitado.

Do ponto de vista estritamente militar, os sediciosos, apesar de todo o apoio externo de uma campanha da grande mídia mobilizando amplos setores das classes médias, numa incessante lavagem cerebral contra uma suposta República Sindical-Comunista que Jango ameaçava implantar, eram numerosos. Mas estavam dispersos. Não controlavam comandos de tropas decisivas. Seu núcleo dirigente, clandestino, em torno do general Castelo Branco, tinha como data de ação um ainda distante 21 de abril.

Fato hoje indiscutível é que Mourão Filho – o “Vaca fardada”, segundo codinome para ele cunhado por seus próprios colegas de farda – deslanchou o movimento de forma absolutamente estabanada. Não era contabilizado entre os protagonistas, até porque comandava uma região de um dos mais débeis destacamentos do Exército. Quem relata o que preliminarmente provocou com a intempestiva iniciativa é o jornalista Elio Gaspari, autor de quatro volumes de uma polpuda história do regime ditatorial – em sua crônica no Globo de 11 de fevereiro de 2024 em que fazia comparações com o “golpinho” bolsonarista: “(...) o de 1964 teve um espoleta: o general Mourão Filho, que comandava as mesas de uma Região Militar em Juiz de Fora. (Na manhã de 31 de março, o general Humberto Castello Branco tentou pará-lo e, no meio da tarde, o general Costa e Silva deixou o Ministério da Guerra temendo ser preso)”.

E foi mais longe, Gaspari, na coluna de 18: “se existissem redes sociais em março de 1964, o general Humberto Castello Branco estaria frito. Nas primeiras horas da manhã de 31 de março, ele telefonou para o banqueiro José Luiz de Magalhães Lins. Pediu-lhe que falasse com seu tio, o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para segurar a aventura do general Mourão Filho, que se rebelara contra o governo de João Goulart”.

No campo governista, era outro o cenário: os comandos estavam em mãos de oficiais superiores, para além de legalistas, alinhados com as propostas de transformações estruturais que o governo propunha. No Exército, suas unidades mais potentes, sediadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, estavam mobilizadas contra os sediciosos. Na Força Aérea Brasileira (FAB), sua unidade mais importante – a Base de Santa Cruz, comandada pelo coronel Moreira Lima, cuja posição inequívoca na oposição ao golpe demonstraremos adiante – esquentava motores.

Na Marinha, a despeito de uma oficialidade embarcada amplamente influenciada pelo lacerdismo, a única força utilizável num golpe, os Fuzileiros Navais, tinha o almirante Aragão, janguista reconhecido, no comando.

Podemos concluir este balanço da correlação de forças, portanto, com, no mínimo, um viés (para utilizar categorias do famigerado “livre mercado”) de vantagem para os defensores da Constituição e da legalidade dela emanada.

Mas vamos acolher o legítimo argumento dos que previnem que um golpe não se decide apenas no âmbito dos confrontos de caserna. Vamos para a sociedade civil, suas instituições e seus protagonistas.

Quase todos os mais importantes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, formadores de opinião decisivos em plano nacional, chegavam ao final de março, na sequência do célebre discurso do dia 13, das rebeliões dos sargentos, em Brasília, e dos marinheiros ocupando o Sindicato dos Metalúrgicos no Rio, desandando com o governo, propondo, com tons distintos – alguns, até mesmo se dizendo favoráveis às Reformas de Base, “desde que nos limites da Lei”- a destituição do presidente João Goulart.

Ficou célebre o editorial “Basta” do Correio da Manhã, que abrigava a elite dos grandes colunistas da esquerda moderada – Marcio Moreira Alves, Hermano Alves, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, para além do então jovem talento Artur Poerner, que logo depois viria a se consagrar com a produção do best-seller O Poder Jovem.

O jornal optou pelo golpe, embora já no dia seguinte, diante do Primeiro Ato Institucional, passasse a ser oposição implacável ao regime autoritário que se implantava. Mas a lavagem cerebral não se limitava à mídia impressa, com peso expressivo naquela conjuntura. Havia a cúpula da Igreja Católica onde pontificava o cardeal Jaime Câmara, avalizando a linha golpista de padres que ocupavam cadeiras no Congresso. Havia “institutos” organizadores de uma alienada classe média, que financiavam eficientes documentários propagandísticos dirigidos por Herbert Richers. Era um verdadeiro tsunami de anticomunismo terrorista. Sem pausa. Sem limites no financiamento de campanhas eleitorais de nomes da direita.

Essa turba, todavia, não navegava de braçada na conjuntura. Do lado legalista, uma outra grande parte expressiva da sociedade civil aplaudia as Reformas de Base e apoiava o governo. A começar pela Última Hora, de Samuel Wainer, jornal de expressão nacional que abrigava uma também importante plêiade de excelentes colunistas. Organizações sindicais, sob coordenação de um potente CGT, organizava os trabalhadores em suas lutas contra o capital. No então importante movimento estudantil, a UNE agia na mobilização politizada de suas bases. No campo, Francisco Julião, com suas Ligas Camponesas, e Gregório Bezerra, com o PCB, dirigiam e davam caráter orgânico às lutas rurais.

Na área cultural, o CPC (Centro Popular de Cultura), onde pontificavam Ferreira Gullar, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, com um brilhante Cinema Novo se iniciando, produziam uma arte engajada exitosa na audiência popular. Institucionalmente, no contraponto aos “institutos” sem mestres financiados pela embaixada dos Estados Unidos, havia um ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros (onde debatiam, entre desenvolvimentistas e marxistas, Alvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, tendo, em linha paralela, o grupo do História Nova, coordenado pelo general Nelson Werneck Sodré.

E mais, sem poder ser esquecido como medida de apoio, Jango havia vencido um plebiscito pelo restabelecimento do presidencialismo, por maioria incontestável, dois anos antes.

Não estava dado, portanto, que a empreitada de Minas, com o governador Magalhães Pinto à frente, e pretendendo formar um governo paralelo a ser prontamente reconhecido pelo governo Lindon Johnson, lograria vencer, mesmo que operado dentro dos planos da cúpula. Afinal, que reação produziria na população, e entre os próprios militares, uma intervenção militar externa, norte-americana, sobre a qual muito já se falou, numa época em que soberania nacional era categoria em alta? Nesse cenário, onde conjecturar sobre um equilíbrio de forças é até ser leniente e generoso com os golpistas, como se entende a derrocada de João Goulart sem, praticamente, nenhuma resistência?

Ouso especular que a resposta está no próprio João Goulart, em sua omissão de comando nos primeiros momentos do golpe. Por que dessa hesitação, após a força demonstrada na mobilização do 13 de março, em que seu discurso apresentando as Reformas de Base foi o ponto alto?

Iniciando pelo que se conhece de sua personalidade, a Jango não faltou coragem. Nunca vacilou nos embates anteriores com a direita, desde o golpe contra Getúlio Vargas em 1954. Mas não era líder para um confronto que assumiria caráter de guerra, com mortes de civis, para onde poderia desembocar o processo caso não fosse barrado em seus primeiros movimentos.

Esta seria a razão de não ter aceito nenhuma das propostas de ação direta preventiva, que desmontariam a sedição em sua patuscada inicial? E não foram de pouca monta, como demonstra sua biografia da autoria de Jorge Ferreira. Está lá, na página 473: “(...) o brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea (...), falou de maneira enfática com Abelardo Jurema (ministro da Justiça, em recado a Jango): ‘Jurema, esta é uma situação em que o governo precisa tomar uma decisão; e se tomar uma decisão, como uma ação militar aqui no Rio de Janeiro, ele ganha esta parada, porque está todo mundo indeciso’”.

O comandante do II Exército, Amaury Kruel, ainda não havia aderido. Sua sugestão foi a seguinte: “pegue um pelotão de fuzileiros ou a Polícia do Exército, não precisa de tropa, apenas um pelotão, uma companhia, e prenda o Lacerda. Ataque o Palácio Guanabara e nem precisa prender o Lacerda. Ele foge e fica tudo resolvido porque desmoraliza e mostra uma decisão do governo”.

E vai mais longe, o autor da biografia, ainda na mesma página: “em iniciativa individual, o comandante da Base Aérea de Santa Cruz e herói do Grupo de Caças que lutou na Itália, coronel-aviador Rui Moreira Lima, por conta própria decolou em um jato de caça. Com o tempo fechado por grossas nuvens, ele voou por instrumentos por longo tempo. Em dado momento, por uma nesga clara de nuvens, mergulhou e observou a tropa em marcha. Os voos rasantes assustaram os recrutas de Mourão. Muitos deles, apavorados, embrenharam-se nas matas ao largo da estrada, abandonando os caminhões repletos de armamentos. Sem mais nada que fazer, sem ordens para atirar, retornou para a Base Aérea”.

Aos risos, com aquele ar simpático que o caracterizava, em caminhada pelo Calçadão de Copacabana, me lembro de palavras que eu mesmo ouvi do já Brigadeiro Moreira Lima, muitos anos depois: “não ia atirar na tropa. Queria apenas fazer fogo na frente da coluna. Mas negaram a autorização”.

Retomo, então, por que Jango teria tido tais hesitações quase inexplicáveis? Alguns afirmam que ele estaria notificado de que uma frota naval norte-americana já estaria em nossa costa. Pode ser, embora eu considere que também não seria fácil para os marines desembarcarem em Santos para apoiar o movimento de Minas.

Um mergulho em algo que não apareceu até aqui, me parece fundamental para explicar essa hesitação sequencial.

A campanha ideológica, avultando a ameaça comunista e República Sindicalista, tinha como mote prático dissimulado, mas fundamental para a formação de uma frente ampla do centro à direita do espectro político: destituir Jango era via única para garantir a realização da eleição presidencial em 1965.

Não teria outra outra a razão, evidentemente, para que Juscelino Kubitschek levasse a bancada do PSD, partido da base de Jango, a votar em Castelo Branco, na transformação de Congresso no primeiro dos vários Colégios Eleitorais que se seguiram durante as duas décadas seguintes (o único que se recusou a votar em Castelo foi Tancredo Neves).

E a confirmação dessa concessão de JK está no discurso de posse do Marechal. Castelo declara de forma peremptória que seu mandato se instalava exatamente para garantir essas eleições. Seu mandato, declarou ele, em alto e bom som, teria fim em 1965, com a passagem da missão ao presidente que viesse então a ser eleito. O discurso está em vídeo no youtube. JK sabia do discurso de antemão.

Não seria absurdo, portanto, considerar que Jango, sem nunca se referir a tal possibilidade, também avaliasse, para sua opção de renúncia à resistência. Em 1965 a normalidade estaria restabelecida e ele poderia concorrer. E isso pode ter sido o fator determinante: o erro histórico de avaliação, em que a força hegemônica terminou sendo derrotada, sem ter sido vencida.

Mas é importante ressaltar. Até aquele momento, não ocorria a ninguém que a quartelada viria para fazer algo distinto das várias quarteladas anteriores, em que se alternavam na hegemonia, por curtos espaços, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os dois grupos do Exército, referenciados nos egressos da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Dois grupos definidos ideologicamente.

Uma parte, a que se concentrou na Escola Superior de Guerra, se alinhava com os Estados Unidos, e já via a União Soviética, antiga aliada, como inimiga a barrar, no clima da

Guerra Fria que então se instalava. Juracy Magalhães os definiu: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

A outra, pelo contrário, creditava à URSS e seu Exército Vermelho, a derrota total do nazi-fascismo, onde vieram a se aglutinar os nacionalistas e os simpatizantes, e mesmo militantes orgânicos, do PCB que renascia com imenso prestígio, elegendo expressiva bancada para a Constituinte de 1946.

Mas, como premonitoriamente, Tancredo Neves anunciara ao recusar o voto a Castelo, dessa vez, a ruptura viera para valer. E, pessoalmente, ainda lembro de encontro fortuito que tive com meu amigo de juventude em Vila Isabel, o cineasta Leon Hirzman. Com a sensibilidade que só premia os grandes artistas, não hesitava em afirmar, mesmo antes do AI-2: “essa veio para ficar por muito tempo”.

Era verdade. Duas décadas que deram início a uma série de golpes em todo o continente, onde as classes dominantes e seus Exércitos viam no fim dos regimes democráticos a forma de não ver repetido em seus territórios o exemplo revolucionário de Cuba. Exemplo que aterrorizava a Casa Branca de um tosco e reacionário Lindon Johnson, mas que, no contraponto, empolgava multidões, e até luta armada, em vários países importantes do continente.

Para nós, no Brasil, lamentavelmente, por conta da transição “por cima” da ditadura civil-militar ao regime mais aberto de uma “Nova República”, com a posse de José Sarney, em que grande parte dos protagonistas dos anos anteriores se mantiveram em seus postos de comando civil e militar, a dita “democracia” que nos foi concedida não mudou em quase nada o caráter reacionário, conservador, e mantenedor da ordem subalterna aos privilégios do grande capital que marcou a formação acadêmica de nossos militares durante os anos de chumbo. E isso ficou claro após o impeachment de Dilma Rousseff, com a intervenção do general Villasboas, determinando decisão do Supremo que tirou Lula da disputa presidencial para entregar a cadeira ao Inominável.

Sair dessa esparrela não se dará nos limites da ordem hierárquica interna das casernas, mas da consolidação de reformas estruturais, socialmente democratizantes, que

influenciem e mudem, qualitativamente, a consciência dos militares a partir dos resultados positivos que venham a apresentar nas lutas contra a desigualdade social. Reformas que produzam um cenário onde o condicionamento à hierarquia e à disciplina, que constituem os princípios básicos da ação militar, quando transferidos para a vida civil, não levem a considerar a ordem capitalista vigente como o “regulamento a seguir”, nem assumam os maganos do grande capital, como os “comandantes” naturais.

Que tais princípios se voltem para a defesa de um regime onde o “regulamento”, expresso numa Constituição, venha a estabelecer a hierarquia e a disciplina visando à defesa dos direitos do cidadão comum. Do “qualquer do povo”.

Link: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/1964-sim-havia-um-esquema-militar-capaz-de-evitar-o-golpe/>

Em Foco III

Ditadura militar ou civil-militar? Saiba o que está por trás dos nomes

Por Agência Brasil
31/03/2024

Se o dia 31 de março de 1964 ficou marcado na história do Brasil pelo golpe militar contra a democracia, a forma de recontar a ditadura que nasce dele é motivo de disputas desde os primeiros momentos de sua consolidação. A escolha de que palavras usar para essa narrativa pode revelar repúdio ao autoritarismo, apontar corresponsáveis pela manutenção do regime ou defender seus crimes contra os direitos humanos.

Para entender essas escolhas, a Agência Brasil conversou com especialistas sobre o uso de termos-chaves relacionados ao período de exceção, que durou 21 anos. Professores especializados no assunto trataram de conceitos como “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “golpe”, “revolução”, “presidente” e “ditador”. Os usos dessas palavras dão ênfases a como esse período da história brasileira pode ser interpretado. Uma pesquisa no Google, página de busca mais utilizada no país, revela que o termo “ditadura militar” é mais comum que “ditadura civil-militar”.

O professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis, atribui para si a implementação do termo civil-militar. Essa qualificação da ditadura começou a ser escrita por ele no livro *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, publicado no ano 2000.

Na perspectiva de Aarão Reis, o uso do termo não significa uma proposta para conceituar de outra maneira o regime de exceção. “A ditadura deve ser chamada conceitualmente de ditadura militar porque as corporações militares eram, efetivamente, as que mandavam no país, governavam o país. Então é razoável manter esse nome conceitualmente”, explica.

No entanto, o historiador explica que o uso do civil-militar foi para recuperar uma evidência que estava sendo obscurecida, “a participação ativa, consciente e fundamental dos civis desde a instauração da ditadura, em 1964”.

Ele cita exemplos que deram impulso ao surgimento do regime ditatorial. Um deles foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, movimento popular religioso e conservador. Outro foi o comportamento do então governador mineiro Magalhães Pinto, que criou um governo de unidade nacional e deu ordens para tropas golpistas se movimentarem.

Mais um exemplo é a atuação do então presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que declarou vago o cargo de presidente da República nas primeiras horas do dia 2 de abril, com o presidente João Goulart ainda em território brasileiro. “Tem um quadro de participação decisiva de civis no golpe. Pode-se corretamente dizer que o golpe foi civil-militar”, ressalta Aarão Reis.

O professor acrescenta que os civis sempre participaram do regime ao longo da ditadura.

“Quando lancei essa expressão, foi nesse sentido, para chamar a atenção, porque a expressão ditadura militar, a partir de certo momento, passou a ocultar a participação de civis”.

O professor conta que essa participação foi exercida por veículos de imprensa, acadêmicos, e ministros com grande influência, como Delfim Netto, “um czar da economia”. “Foi para desvelar esse ocultamento que foi proposta a questão da ditadura civil-militar”.

Aarão Reis explica que há também a designação ditadura empresarial-militar, usada notadamente por historiadores de orientação marxista, para dar mais ênfase à participação e apoio de empresários.

O professor da UFF não considera o uso adequado, pois, a despeito de o “capitalismo ter dado um salto à frente na ditadura”, a expressão individualiza um grupo e não inclui uma série de outros agrupamentos, como eclesiásticos, líderes políticos e sindicais que deram sustentação ao regime militar.

Autor do livro *Passados Presentes: o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirma que não há dúvida de que o golpe e a ditadura só existiram devido ao apoio de importantes setores sociais, principalmente das classes médias e altas, “embora em certos momentos a ditadura conseguiu empolgar alguns grupos populares”.

Ele lista entre os principais apoiadores civis, empresários urbanos e rurais, lideranças religiosas, parlamentares e elites burocráticas, principalmente no Judiciário.

No entanto, o pesquisador não considera necessário usar o adjetivo civil para indicar que a ditadura teve apoio externo à corporação militar.

“Nenhuma ditadura dura mais que um par de anos sem apoio de civis. Além disso, os adjetivos que são utilizados para indicar isso, como empresarial, midiática, civil, burocrática, eclesiástica, geram outros problemas ou inadequações. Principalmente pelo fato de que nem todos civis e demais grupos sociais apoiaram a ditadura de maneira unânime. Assim, a expressão ditadura civil-militar pode levar à ideia de que todos os civis apoiaram, o que não é verdade”, pondera.

Já a expressão ditadura militar, na visão de Sá Motta, é mais apropriada porque as forças armadas apoiaram o regime em bloco, tanto mais depois que os discordantes foram expurgados das fileiras, e as novas gerações de militares “foram socializadas de acordo com os valores da ditadura”.

“Os militares foram a alma e a força dirigente à frente da ditadura, ocuparam os principais postos e definiram quais civis ocupariam as outras funções. Eles governaram de olho nos interesses de outros grupos, principalmente o empresariado, mas as políticas voltadas à industrialização decorriam também do projeto político de fortalecer e legitimar a ditadura”, analisa.

O historiador da UFMG sinaliza, inclusive, que essa hegemonia dos militares é o que distingue o período aberto em 1964 de outros momentos de exceção da história brasileira, como o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Sá Motta acredita que um efeito colateral do uso do termo civil-militar pode servir ao propósito dos golpistas, quando afirmam que a ruptura não foi golpe e, sim, revolução, porque teria tido muito apoio social.

“Há riscos políticos envolvidos no uso tanto da expressão ditadura militar (apagar o apoio civil) como ditadura civil-militar (exagerar o apoio civil). De toda forma, eu prefiro usar apenas ditadura militar porque é mais preciso e adequado para expressar o que foi o regime político vigente no Brasil entre 1964 e 1985, quando fomos governados por ditadores militares, de triste memória”, contextualiza.

Aarão Reis, da UFF, pontua que outro elemento que justifica o uso da designação civil-militar é evitar que civis que tenham apoiado o regime sejam vistos como responsáveis pelo processo de redemocratização. Ele cita o nome do ex-presidente José Sarney (1985-1990), primeiro civil a suceder a sequência de cinco generais na presidência da República, sem eleição direta.

Na batalha da historiografia do período, outro termo que já foi alvo de controvérsias é revolução, para se referir à ruptura institucional iniciada em 31 de março de 1964. Sá Motta enxerga no uso da palavra revolução uma tentativa de impor uma visão mais simpática ao regime militar.

“Os defensores de 1964 rejeitam o termo ‘golpe’ por implicar sentido negativo, enquanto ‘revolução’ e ‘movimento’ têm conotações mais simpáticas, sugerindo a imagem de que teria sido um período de mudanças positivas”.

Ele observa que há um paradoxo, pelo fato de a palavra revolução ser – em termos históricos – mais comumente utilizada por correntes de esquerda. “Ao ponto de alguns líderes da ditadura afirmarem que 1964 teve perfil mais próximo de uma contrarrevolução”.

“Apesar das polêmicas com a terminologia, a ditadura manteve ‘revolução’ como sua designação oficial, em grande parte por razões de propaganda e de estratégia de legitimação”, explica o professor, lembrando, por exemplo, que o termo é usado no sentido positivo para se referir a fatos históricos ocorridos em 1922 (Levante do Forte de Copacabana) e 1930 (movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o fim da Primeira República e o início da Era Vargas).

Nos anos 60, em todo o mundo, a palavra revolução ganhou um grande prestígio, complementa Aarão Reis. Ele atribui essa valorização a feitos como as revoluções Chinesa (1949), Cubana (concluída em 1959) e Argelina (1962).

“Então você tem um quadro de revoluções que tornaram muito popular a palavra. Nesse sentido, os golpistas de 64, que estavam empreendendo um golpe do estado e iriam liderar mais tarde um processo de modernização conservadora, se permitiram se apropriar dessa palavra e batizaram o golpe e a ditadura como uma revolução”.

Os pesquisadores ouvidos pela Agência Brasil identificam que a narrativa sobre o regime militar passa a ideia de que o país teve uma ditadura sem ditadores, em que os generais que ocuparam o Palácio do Planalto eram sempre aludidos como presidentes, em vez de ditadores.

Sá Motta detalha que eles eram presidentes de fato, pois ocupavam a presidência da República e eram reconhecidos como tal. “Mas eram presidentes ditadores, pois chegaram ao poder não devido a eleições populares, mas à escolha da elite militar, que após decidir quem seria o presidente enviava os nomes para serem cancelados por um colégio eleitoral, como determinava a Constituição autoritária de 1967”.

“Eles eram as duas coisas, portanto, presidentes e ditadores, e, naturalmente, preferiam o primeiro título e recusavam o segundo, que tem sentido negativo”, complementa.

Os ocupantes da presidência durante o regime militar foram os generais Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

“Esse tique de chamar os ditadores de presidente é uma expressão do conservadorismo no Brasil e uma expressão também da falta de reflexão da sociedade brasileira sobre a ditadura”, avalia o professor Aarão Reis.

O professor chama atenção também para o “número extraordinário” de logradouros públicos e escolas que conservam nomes dos ditadores. Um exemplo é a Ponte Rio-Niterói, batizada de Presidente Costa e Silva.

O professor da UFF, que diz haver falhas também na memorização da ditadura do Estado Novo de Vargas, aponta que a não reflexão adequada sobre desvios do passado pode acabar resultando em atalhos para novos erros.

“Você não está imune à repetição dos erros, mas quando você não reflete, é praticamente certo que vai haver uma tendência muito forte a repeti-los”.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes>

Em Foco IV

60 anos do golpe: ao não enfrentar a memória, Brasil abre espaço para apropriação da direita, diz ativista.

**Por *Brasil de Fato*
31/03/2024**

Os 60 anos do golpe empresarial-militar no Brasil, completos neste 1º de abril, chegam em um “momento histórico muito delicado” na avaliação da historiadora Carla Teixeira. Enquanto Lula dá entrevistas dizendo que não vai “remoer o passado” e mantém na gaveta a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (desfeita na gestão de Bolsonaro), generais quatro estrelas são chamados a depor à Polícia Federal (PF) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

Paralelamente, o Ministério dos Direitos Humanos planejava fazer um evento com o nome “sem memória não há futuro”. Com ar ironicamente premonitório, o título parecia alertar sobre consequências daquilo que a sua proibição, justamente, pode significar. O evento institucional foi vetado pelo presidente Lula (PT). Assim como qualquer outro que faça alusão à ditadura.

No Senado, parlamentares têm recebido visitas do ministro da Defesa, José Múcio, que tenta costurar acordos para fazer avançar a chamada “PEC dos Militares”. A Proposta de Emenda Constitucional do governo federal, que precisa de três quintos dos votos para ser aprovada, estabelece regras para a entrada de militares na política institucional.

Ainda em negociação, o texto deve impedir que integrantes das Forças Armadas voltem à carreira militar depois de se tornarem candidatos. No entanto, poderiam seguir sendo remunerados pela instituição.

“Essa PEC não necessariamente vai garantir a diminuição da participação dos militares na política, porque isso pode se dar de maneira mais sutil”, avalia Teixeira, doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Eles têm armas. O que os coloca numa posição de muita superioridade em relação às lideranças políticas da classe civil”, salienta.

“Por isso eles [os militares] deram um golpe, por isso se mantiveram no poder por 21 anos, por isso tutelaram a transição democrática e garantiram seus privilégios na Nova República. Por isso que, em 2014, quando a Comissão Nacional da Verdade revelou uma parte dos crimes cometidos pela ditadura militar houve tanta grita. Por isso os militares apoiaram o golpe contra a presidenta Dilma, apoiaram a prisão de Lula e não hesitaram em embarcar no governo Bolsonaro (PL)”, elenca Teixeira.

“O que precisamos é do aprofundamento dos valores democráticos para que a corporação militar esteja subordinada aos interesses da sociedade civil”, opina Teixeira, coautora do livro *Ilegais e Imorais: autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil*.

A resistência da classe militar ao governo Lula 3, logo no seu início, teve como episódio sintomático a recusa do ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, a comparecer na posse de seu sucessor para não bater continência ao novo presidente. Santos, depois, seria alvo de busca pela PF por suposto envolvimento no 8 de janeiro.

“A gente vê, portanto, uma situação em que o governo Lula já começa tendo de conciliar com as Forças Armadas”, descreve Teixeira, para quem atualmente os militares “retomaram um protagonismo que haviam perdido na década de 1980, quando deixaram o poder”.

Assim, delineia a historiadora, “enquanto o governo Lula concilia, é o judiciário que assume a postura de responsabilização”. O governo, na visão da historiadora, “erra e se acovarda”. Os atos de 8 de janeiro de 2023 são, justamente, “a volta dos que não foram”, caracteriza. “Por não terem sido responsabilizados pelos crimes cometidos durante a ditadura é que há a desenvoltura para que ações como essa aconteçam”, opina.

Para Teixeira, a posição de Lula “do ponto de vista político é ruim, do ponto de vista histórico é péssima e da construção de uma memória que procure firmar a democracia é absolutamente contraproducente. Reafirma a nossa tradição de uma cultura política de

conciliação, acomodação, que visa escamotear os conflitos a fim de estabelecer uma organização social profundamente desigual”.

Débora Silva é fundadora do Movimento Independente Mães de Maio, nascido em reação aos chamados crimes de maio, quando em 2006 a polícia matou ao menos 429 pessoas em apenas 11 dias. Para ela, que luta contra a violência de Estado dos tempos democráticos, “não se trata de remoer o passado”: “Precisamos ver que o passado está sendo presente. Essa é a diferença. Um país que não tem memória caminha, a passos lentos, dando marcha ré”.

Citando a letalidade da Operação Escudo e Verão, implementada pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Baixada Santista desde julho de 2023 e sem data para terminar, Silva salienta que “a polícia de São Paulo aplica, cotidianamente, o AI-5 nas periferias”.

Desde o seu surgimento, a função das Forças Armadas e dos agentes de segurança do Estado, aponta Teixeira, que é também docente substituta de História do Brasil Republicano na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), “foi garantir a ordem e a manutenção da propriedade privada”.

“E segue sendo. Se engana quem acha que ela serve para proteger os interesses da população brasileira. Infelizmente, as Forças Armadas brasileiras servem para atender aos interesses do grande capital, da grande propriedade e da própria corporação”, resume.

Em setembro de 2023 Flávio Dino, então ministro da Justiça, declarou que o governo criaria um Museu da Memória e dos Direitos Humanos. O anúncio aconteceu no Chile, quando eventos e manifestações marcavam os 50 anos do golpe militar encabeçado por Pinochet contra o governo de Allende.

Meses depois, na efeméride de 60 anos do caso brasileiro, com um debate público morno a respeito do tema e eventos institucionais vetados, o projeto do tal museu foi abortado.

Thiago Mendonça, um dos organizadores do Cordão da Mentira — bloco que sai às ruas de São Paulo todo 1º de abril em denúncia à violência estatal dos tempos ditatoriais e democráticos — elenca fatores que explicam a pouca importância dada ao debate da ditadura no Brasil, em comparação a países como Chile e Argentina.

“Por um lado, acho que a gente perdeu simbolicamente essa luta ao não conseguir explicitar para sociedade o quão nefasta foi a ditadura. Em grande parte, isso se dá porque a gente não colocou na pauta os crimes contra a população civil que não era privilegiada. Como a população periférica morria a rodo nas mãos dos esquadrões da morte, que eram os mesmos agentes em São Paulo que torturavam como ‘polícia política’, a gente não conseguiu mostrar essa relação”, reflete Mendonça.

“Em paralelo, enquanto a gente não enfrenta essa memória — e somos aconselhados, inclusive, pela esquerda hegemônica hoje no governo a deixar isso de lado —, a direita se apropria dessa memória como algo positivo”, descreve Thiago Mendonça.

Em sua visão, trata-se de uma disputa simbólica da qual o Brasil se retirou desde os anos 1980. “Isso vale para as artes, para a discussão acadêmica, mas vale principalmente para a luta dentro dos movimentos sociais, os movimentos de base”, diz o militante.

“A gente não colocou isso como um foco central. E o preço que a gente paga é que essa memória é apagada e reapropriada pela extrema direita. E aí o buraco em que a gente está se enfiando”, diz Mendonça, ao defender a urgência de “recuperar essa memória como um processo de entendimento coletivo do país e uma prioridade para os movimentos sociais”.

Link: <https://www.brasilefato.com.br/2024/03/31/60-anos-do-golpe-ao-nao-enfrentar-a-memoria-brasil-abre-espaco-para-apropriacao-da-direita-diz-ativista>

Em Foco V

É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia

Por Nilmário Miranda e Hélio Luz
28/03/2024

É conhecido e repetido o adágio: um povo sem memória está condenado a cometer os erros do passado. A sociedade brasileira — ou os setores que defendem a democracia nessa sociedade conflagrada — busca recuperar para o debate um tema que, neste ano de 2024, seguramente mobilizará os segmentos comprometidos em reaver os padrões de diálogo civilizado sobre os rumos do Brasil.

Inclui-se aí a necessidade de retomar uma decisão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 2013. Naquele momento, um decreto destinou o prédio que durante décadas abrigou a Delegacia de Ordem Política e Social, na Rua da Relação, 40, Centro do Rio, para a constituição de um Memorial da Democracia, no marco dos 60 anos do golpe militar de 1964.

Como é de domínio público, o prédio foi inaugurado em 1912 para o funcionamento da Polícia Central do Distrito Federal. Àquela época, a República recém-fundada — contava 23 anos apenas — trazia visíveis as marcas e os cacoetes do regime de escravidão que havia formalmente expirado um ano antes da Proclamação. No começo do século XX, a Polícia Central reprimia a “vadiagem”. Aí incluídos o samba e os sambistas. Reprimia as casas de batuque, as rodas de capoeira, os terreiros de candomblé e umbanda, as manifestações genuínas da cultura popular afro-brasileira. Uma repressão autojustificada pela odiosa sombra da escravidão, naturalizada culturalmente pela sociedade.

Um período em que a Polícia Central perseguia os lutadores sociais empenhados na defesa dos mais mezinhos direitos dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços.

Na vigência do Estado Novo (1937-1945), os conflitos políticos e ideológicos, hoje descriminalizados pela Constituição de 1988, foram tratados como “caso de polícia”, a exemplo do que ocorria na República Velha, anterior a 1930, e resolvidos pelo Estado por

meio de práticas de prisões arbitrárias, torturas e penas cruéis e degradantes. Do mesmo modo, os conflitos sociais e culturais foram tratados com mão de ferro.

O número 40 da Rua da Relação se tornou conhecido como um lugar associado à violência e ao arbítrio. Passaram por aquelas celas pessoas como Nise da Silveira, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Mário Lago, Luís Carlos Prestes e Olga Benário, o jovem Carlos Lacerda, então militante de esquerda, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella e tantos outros. Registrados de forma marcante na literatura nas páginas de “Memórias do cárcere”.

Quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília, nos anos 1960, aquele edifício de tantas memórias passou a denominar-se Dops. Só depois da Constituição liberal democrática de 1988, nosso país incorporou a sua cultura cívica a ideia de que a manutenção de uma delegacia de “Ordem Política e Social” é incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Durante os 21 anos de regime autoritário, o prédio da Rua da Relação foi símbolo de práticas que brasileiras e brasileiros hoje repudiam. Que o digam as centenas que ali padeceram, como Ziraldo, Moacir Werneck de Castro, Fernando Gabeira, Paulo Coelho e Francisco Solano Trindade.

Entendemos e reforçamos que naquele espaço deve ser instalado o Memorial da Democracia, inspiração para a geração atual e as gerações futuras. Daí a importância da exposição pública permanente do que ali se praticou, como lugar de memória, para cumprir os preceitos da não recorrência, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro hoje é diversa daquela do século XX e tem o direito de assegurar sua memória institucional. É importante que possa contar com um museu que a torne reconhecida pela sociedade. Mas o Museu da Polícia Civil não pode ser ali. O prédio da Rua da Relação, 40, tem de abrigar um Museu ou Memorial da Democracia. Para evitar que o reconhecimento da trajetória de uma corporação não se converta no apagamento da história das lutas do povo brasileiro pela democracia.

Link: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigos/coluna/2024/03/e-preciso-tirar-do-papel-o-memorial-da-democracia.ghtml>

Em Foco VI

O governo, os militares e a ditadura

Por Jessé Souza
24/03/2024

O governo Lula abdicou de qualquer referência ao golpe de Estado militar de 1964 no dia 31 de março. Desistiu também do museu da repressão como existe em diversos países que sofreram processos semelhantes. O debate que muitos colocam é sobre a alternativa entre um suposto pragmatismo racional de conciliar com os militares e a denúncia da covardia do governo.

Para mim, a questão é um pouco mais complexa. Afinal, não são os militares que mandam no país. Quem manda no país é uma associação entre elite global comandada pelos Estados Unidos e, como sócio menor, a elite periférica brasileira que cobra seu quinhão para oprimir o próprio povo.

Este é o arranjo do imperialismo “soft” americano para todo o Sul global: uma autonomia tutelada. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, este é o arranjo que define e explica todas as vicissitudes da sociedade brasileira. Os donos do acordo nunca foram os militares, nem na ditadura militar.

No golpe de 1964 os militares cumpriram apenas sua missão secular verdadeira que é sujar as mãos de sangue em nome dos interesses mais mesquinhos da elite. Obviamente, cobram seu preço pelo trabalho sujo que é o de auferir privilégios individuais e corporativos. O valor das forças armadas é, portanto, meramente instrumental, elas estão sempre a serviço armado da vontade de alguém.

Para se ter um golpe de Estado no Brasil são necessárias duas condições prévias: o apoio americano, que faltou a Bolsonaro, e por conta disso seu golpe fracassou; e a necessidade da elite de retirar algum líder popular do Estado — cuja apropriação privada é a verdadeira mamata da elite — por denúncias duvidosas, empacotadas pela grande imprensa, propriedade privada desta mesma elite. Para isso, sequer é necessária a presença militar como o golpe de 2016 nos mostrou.

Esse fato prova, precisamente, a enorme importância de se debater o golpe de 64. Não apenas a denúncia do autoritarismo e violência militares, mas da violência maior que é o saque recorrente e multifacetado da riqueza popular em nome de uma meia dúzia de endinheirados. Este debate teria a possibilidade de denunciar toda a opressão social secular brasileira e a quem ela serve. É isso que o povo não sabe e precisa urgentemente saber.

Em um contexto de hegemonia das ideias neoliberais e fascistas seria ainda mais necessário se fazer este contraponto. Reconstruir, recontar e lembrar o passado que condiciona nosso presente. Uma sociedade, assim como um indivíduo, só aprende pela lembrança. E não pelo esquecimento. A história está cheia desses ensinamentos.

Um deles eu acompanhei de perto: a desnazificação da Alemanha. Apenas reconhecendo a culpa no holocausto e outros crimes, com seu debate constante na esfera pública, foi possível para os alemães se autocriticarem e se transformarem em um dos povos mais democráticos de hoje. Por que não podemos criticar e lembrar do “nosso holocausto” de opressão, abandono e miséria patrocinados pela nossa elite do saque? A mudança é possível, mas ela exige não só coragem, mas também inteligência, cuja falta marca muitas das ações deste governo.

A crítica mais coerente aos militares seria a denúncia de sua “função latente” de cão de guarda dos interesses elitistas, sob o disfarce de sua “função manifesta”, mas nunca cumprida, de obedecer à Constituição e ao poder civil. Era este o verdadeiro debate que interessaria aos que lutam pela democracia no nosso país. De uma tacada se retiraria a legitimidade dos militares e se denunciaria quem os comanda de fato. Renunciar a isso não é apenas covardia. É também uma completa ignorância acerca de como funciona a sociedade brasileira e quais são as suas prioridades.

Parece existir uma completa ausência de quadros competentes neste governo para lhes proporcionar um guia de ação e uma orientação prática. Parece que tudo é improvisado e reação imediata ao contexto. Um governo reativo e passivo muito longe do que sonhávamos. E vale a máxima: sem adequada compreensão e inteligência do contexto social maior o comportamento prático vai ser sempre confuso e ineficaz. É o que temos para hoje.

Link: <https://iclnoticias.com.br/o-governo-os-militares-e-o-golpe-de-1964/>

Em Foco VI

Governo Lula 3 navega em águas turbulentas na relação com as Forças Armadas

Por Jorge Rodrigues, Carla Teixeira, Rodrigo Lentz, Ana Penido, Ananias Oliveira, Pollyana Andrade e Suzely Mathias
08/01/2024

Nem parece que foi há um ano, mas o período de transição para o governo eleito foi trepidante com os militares: acampamentos da “família militar” em frente aos quartéis; nota pública do Comando das Forças em apoio aos acampados, críticas veladas ao Poder

Judiciário e ausência de reconhecimento do resultado eleitoral, alimentando a narrativa golpista. Além disso, a Defesa foi a única área a ficar de fora dos grupos de transição.

Com esse cenário, Lula optou por uma solução bastante favorável aos militares: acenou com a preservação dos espaços “tradicionais” de poder dos militares no executivo (Ministério da Defesa e Gabinete de Segurança Institucional), somada à autonomia nas políticas militares (carreira e quartéis) e de defesa nacional (política e estratégia). Além disso, a busca pelo apaziguamento também assegurava que o governo não buscaria “vingança”, se abstendo de responsabilizar militares que aderiram ao governo Bolsonaro, e prometia investimentos na indústria de defesa e nos projetos estratégicos das forças, engajando os militares na agenda de desenvolvimento nacional a partir da reindustrialização do país.

Apesar disso, vieram os ataques de 8 de janeiro, produzindo uma grande perturbação da ordem política-institucional. Ainda que perdurem discussões teóricas sobre a classificação do fenômeno (revolta, insurreição, tentativa de golpe), restou clara a participação das cúpulas da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Exército e do GSI na sabotagem do sistema de segurança que permitiu tanto a mobilização quanto a execução dos ataques. Se formou um cenário perfeito para legitimar novamente a entrega ao Exército de poderes excepcionais de “mantenedor da ordem”.

Superado o ataque por uma intervenção na segurança pública do Distrito Federal, tendo à frente um civil (Ricardo Capelli), Lula nomeou o general Tomás Paiva como novo Comandante do Exército que, ao assumir, promoveu atos simbólicos de subordinação ao presidente. Depois disso, o governo claramente buscava distância de qualquer iniciativa que “estressasse” a subordinação negociada recém pactuada com os militares, inclusive se postou contra a instalação da CPMI do 8 de Janeiro.

Na inteligência, fortemente abalada pelos ataques de 8 de janeiro, Lula retirou dos militares a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e promoveu reformas no sistema de inteligência, mas manteve o Gabinete da Segurança Institucional (GSI) com o Exército. Na segurança pública, o governo conseguiu promover uma mudança na política armamentista, mas no restante perduraram atos que revelam ausência de programa ou políticas públicas que se diferenciem da solução bolsonarista. Em outra ponta, o governo também tem cedido no enfrentamento do passado autoritário da instituição militar, em relação a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP), ao não retomar as políticas da Comissão de Anistia e em não retomar a implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Para além desses recuos ou inações, o governo confirmou altos investimentos para a área de defesa no orçamento de 2024.

Com esse cenário de “acomodação”, a consequência de médio prazo dessa tática será a ampliação dos poderes políticos dos militares e seu fortalecimento para serem reengajados na disputa de poder com eventual crise econômica, política e social.

Outro importante desdobramento será em relação às Polícias Militares (PMs). Ao contrário das Forças Armadas, o desengajamento político-partidário desses militares sequer foi alvo de proposta governamental. Além disso, foi aprovada uma reforma do regulamento geral das PMs que ampliou a autonomia dessas corporações em relação aos governadores.

Mantidas como forças auxiliares e reservas do Exército, as PMs também tiveram suas competências expandidas.

Apesar de alguns avanços de controle da política pública de segurança, o novo desenho institucional tenderá a aumentar o poder político de corporações altamente ligadas à extrema direita no Brasil, sobretudo ao bolsonarismo. Assim como historicamente ocorreu com as Forças Armadas, parece haver uma crença disseminada entre a esquerda institucional que é possível cooptar oficiais e até mesmo disputar tais corporações.

Depois de um ano de governo Lula 3, é possível concluir que foi conquistada uma subordinação dissimulada dos militares. Assim como ocorre no Congresso, o governo navega em águas turbulentas e buscou pactuar com o generalato um contrato de convivência entre opostos a partir da institucionalidade. Em outros termos, Lula precisou negociar o respeito ao resultado eleitoral e a aceitação de sua posição de governante, apenas voltando ao molde da tutela militar pós-1985.

Se Bolsonaro termina enfraquecido, sem a disposição do atual comando em protegê-lo, é de se duvidar que o mesmo ocorra com o bolsonarismo. É verdade que uma parte da queda da imagem do Exército corresponde à frustração de uma parcela do bolsonarismo militante com o desembarque dos militares no golpe. Contudo, se entendido como um subproduto da ideologia dos militares e da extrema direita no Brasil, o bolsonarismo tende a sobreviver atento às rápidas mudanças conjunturais, sobretudo por sua penetração entre neopentecostais, agronegócio e empresariado. Ademais, muitos coronéis, a camada do oficialato mais militante do bolsonarismo, em breve ascenderão na carreira com a possibilidade de chegarem ao generalato.

Já no plano internacional, o pragmatismo das Forças Armadas em seus negócios na indústria bélica foi favorecido pelos termos pactuados com o governo e se mostra adaptado à agenda de projeção internacional considerando a nova ordem multipolar. Sem prejuízo do retorno dessa “normalidade”, posições internacionais que confrontem símbolos da extrema direita no mundo – sionismo e anticomunismo – tendem a ser mobilizadas por lideranças como Milei e Trump. Caso se confirme o retorno deste nos EUA, é de esperar um reencontro entre Bolsonaro e bolsonarismo com reflexo nos militares.

Em miúdos, a relação entre Lula 3 e militares tende a ser orientada por acordos em troca da governabilidade, seguindo a aposta da priorização da agenda econômica. Enquanto na extrema direita a segurança continua sendo o foco mobilizador, com a esquerda, os militares parecem ter encontrado uma fenda histórica na crença de seu justo engajamento no desenvolvimento econômico. E assim a tutela sobrevive com um, pelo braço forte; com outro, pela mão amiga.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/governo-lula-3-navega-em-aguas-turbulentas-na-relacao-com-as-forcas-armadas>

Em Foco VII

Mito da democracia inabalada

Por Igor Felipe Santos
08/01/2024

O novo mito que ganha impulso com a efeméride de um ano do ataque às instituições republicanas de 8 de janeiro de 2023 é que a democracia brasileira venceu e está "inabalada".

Não há dúvidas de que a tentativa de golpe com a ação de destruição das hordas fascistas não conseguiu impor uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) que entregasse o poder às Forças Armadas e afastasse o então empossado presidente Lula (PT).

No entanto, a democracia brasileira enfrenta uma profunda crise e continua agonizando. A derrota dos golpistas não representou, definitivamente, a redenção do nosso sistema político.

Essa normalização da crise política nacional serve somente a quem quer manter o atual estado das coisas. Talvez por se beneficiar do crescente conflito entre poderes. Talvez por temer que as suas raízes venham à tona e ensejem mudanças.

O Brasil é um país presidencialista, mas avança o fato consumado de que vivemos sob um parlamentarismo velado ou um semipresidencialismo. O conflito entre os poderes, que se agudizou nos últimos 10 anos, tem como vetor a crescente mutilação do poder do governo federal.

O Poder Judiciário e o Poder Legislativo têm tomado, sob a condescendência daqueles que hoje exaltam a democracia, atribuições políticas, econômicas e institucionais do Poder Executivo e usurpado a soberania popular expressa no voto.

É estarrecedora a sanha dos deputados e senadores para obter fatias cada vez maiores do Orçamento para emendas parlamentares. Transformaram-se num instrumento para que os congressistas aumentem sua influência nos seus redutos eleitorais, independentemente do governo de plantão.

Não há precedentes no nível de exposição dos ministros do STF, que intervêm na cena política em entrevistas nos jornais, programas de TVs, podcasts e redes sociais de forma cada vez mais banal. Depois da desmoralização da Operação Lava Jato, houve uma alteração de orientação do Judiciário, mas não aconteceram mudanças no sistema de Justiça.

Membros da cúpula das Forças Armadas, que tiveram participação no processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, atuaram para manter a prisão do Lula, fizeram parte do governo Bolsonaro e se envolveram no ataque de 8 de janeiro, continuam impunes.

O governo federal, sob o comando de um presidente da República eleito pela maioria dos eleitores e expressão da soberania popular, está cada vez mais refém do Congresso Nacional e do STF.

Nesse cenário, a burguesia mantém o controle da economia, joga a carta da "estabilidade econômica" e usa o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para limitar a atuação do governo federal e bloquear o programa vencedor nas eleições de 2022.

O 8 de janeiro não foi o capítulo final da crise política nem a regeneração da democracia brasileira. A tentativa de golpe, inclusive, é consequência da dissolução do regime político. Enquanto não houver mudanças na estrutura de poder, que resgatem o sentido profundo da soberania popular, de que todo o poder emana do povo, nossa frágil democracia estará em risco.

É muito perigoso idealizar essa democracia em crise porque a frustração da população e a falta de uma alternativa ao colapso do sistema político e das instituições, forjados pela Constituição de 1988, podem levar o país a mais uma ofensiva da extrema direita, muito mais violenta que o 8 de janeiro.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/mito-da-democracia-inabalada>

Em Foco VIII

Estrutura da milícia foi montada na ditadura, diz maior pesquisador do tema

Por Heloisa Villela e Chico Alves
31/03/2024

“A ditadura construiu isso”, disse o sociólogo José Cláudio Souza Alves, professor da UFRRJ e pesquisador que se dedica a entender o surgimento e o crescimento das milícias brasileiras, especialmente as que atuam na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, há mais de 30 anos. Esses grupos armados e poderosos foram responsáveis pela morte da vereadora Marielle Franco.

Segundo o professor José Cláudio, autor do livro “Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense”, as milícias nasceram a partir dos grupos de extermínio da ditadura militar, criados, em um primeiro momento, para perseguir políticos que se opunham ao regime. Mas logo os militares se deram conta do potencial de lucro e de poder que conquistariam controlando os territórios. O sociólogo recebeu os jornalistas Chico

Alves e Heloisa Villela para conversar sobre a história e o domínio das milícias no Rio de Janeiro.

ICL Notícias — As milícias no Rio estão no centro da disputa fundiária e essa expansão nos territórios tem legitimação política e jurídica há anos.

José Cláudio Souza Alves — Esse é um projeto que deu certo, funciona, é secular desde que o Brasil é Brasil. Você montou essa estrutura de poder, só que ela tem agora características nossas, próprias. Acho que a partir do golpe de 64, ou seja, há 60 anos, se montou essa estrutura e ela vem evoluindo, ela vem avançando. O caso Marielle é uma espécie de umbral. Ele abre uma porta, uma janela, e te diz: olha esse negócio funciona, esse negócio dá certo. Aí não deu certo para os Brazão, o Rivaldo, porque houve uma determinação política que conseguiu revelar a estrutura toda.

Mas pela dimensão que é no Brasil como um todo, e eu estudo a Baixada, o Rio de Janeiro, mas com certeza tenho muitas informações de outros estados e outros conflitos que se desenrolam da mesma forma, essa estrutura é dominante no Brasil. Ela é a grande estrutura. Você tem, no caso do Brasil, terras para um monte de serviços urbanos. Você vai fazer uma urbanização miliciana. O tráfico é uma estrutura mais frágil. Normalmente são mortos e presos e vão se articular com a estrutura miliciana. São grupos armados que ficam por muito tempo no território, que vão gerar estruturas de poder muito eficientes, totalitárias, e você não consegue escapar dessa estrutura. Dá grana para muita gente. E se fosse só grana... é grana e voto.

Esse é um ano eleitoral. Para tocar numa estrutura dessa em um ano eleitoral. É fácil você pegar um caso emblemático como Marielle (fácil em termos) e trazê-lo à luz, identificar os culpados e condená-los. Mas quando vai em uma dimensão tão ampla como essa, com várias gerações, com voto, com grana, uma estrutura de poder consolidada há 60 anos, você está em outro cenário. Você tem disposição de fato para enfrentar essa estrutura? Você vai sobreviver? Vai enfrentar essa estrutura de poder que tem muitos votos e vai passar pela assembleia legislativa do estado, governo do estado, prefeituras, vai passar por câmara de vereadores...

Em 64 a gente não tinha fuzis nos morros. Em 85, quando termina a ditadura, a gente tem fuzil, várias armas vazadas dos quartéis. Isso, para mim, é muito importante frisar. Como a ditadura propiciou esse crescimento?

Eu vou parafrasear o Darcy Ribeiro que dizia, sobre a educação, que não existia crise na educação e sim um projeto que deu certo. Não existe crise na segurança pública. Existe uma estrutura que deu certo. Ela funciona. E ela funciona porque dá muito dinheiro e muito poder a muita gente. A ditadura soube disso. A ditadura construiu isso. Primeiramente em uma tentativa de pegar os grupos políticos que eram inimigos, a contra insurgência. Esse era o projeto inicial.

Então o que eu estudo aqui na Baixada Fluminense são os grupos de extermínio que começam a se desenvolver após 1967, quando dão as características da PM como auxiliar, repressiva, cooperando com o regime militar, daí eles dão o salto. Eles deixaram de visar somente uma estrutura política de oposição e resolveram controlar territórios mesmo, em uma estratégia de eliminação sumária. Os militares.

Então eram grupos de extermínio que no princípio tinham um viés político?

Inicialmente houve um viés político de controle dessa oposição que foi a partir de cassações de prefeitos, vereadores, todos que tinham vínculos com partidos considerados de oposição, e isso naquele momento que ainda ia criar o bipartidarismo. Depois que criou o bipartidarismo, todos os envolvidos com o MDB também passaram a sofrer cassações, perseguições políticas.... Eles controlaram isso durante um tempo, com o Castelo Branco. Depois eles se deram conta de que isso era muito limitado e queriam muito mais eficiência. Prender e torturar guerrilheiros e grupos clandestinos armados ou não também era uma coisa limitada. Não era suficiente para controlar o que eles queriam controlar.

No caso da Baixada, e isso vale para o Brasil como um todo, os grupos de extermínio começam a operar o miúdo. As situações vulneráveis de segurança pública que o Brasil era cheio de problemas, como hoje. Não há emprego, não há renda, não há sobrevivência e o mundo do crime é uma alternativa. Sempre foi. Esse universo virou o grande universo dos grupos de extermínio. Esses caras começam a angariar poder. Mas muito poder. Como funciona o esquema? A estrutura policial, o aparelho policial, é que vai matar, os empresários e comerciantes que depositaram apoio na ditadura vão financiar esse

controle, essa matança, e para fechar toda essa estrutura, o regime autoritário militar dava suporte político.

Vários casos que foram identificados na Baixada de policiais que mataram, que executaram pessoas, que chegaram inclusive a tribunal do júri, os militares iam em peso para os tribunais desses julgamentos para dar apoio explícito aos policiais.

Então estamos vendo uma linha do tempo com o mesmo pensamento que se reproduziu durante o governo Bolsonaro de “bandido bom é bandido morto”, porém esse sistema vem operando desde então. Ele só foi enaltecido no governo Bolsonaro.

Potencializou, mas ele sempre existiu. E eu não vejo que agora ele esteja refluindo, mesmo com o governo Lula. Não vejo sinal de que vá refluir, não vejo vontade política. Uma coisa é você identificar os assassinos da morte de uma vereadora e aí tem que dar os parabéns, tem que comemorar. Outra coisa é perceber as dimensões todas que eu vejo o tempo todo aqui na Baixada e no Brasil como um todo.

As eleições vão chegar daqui a pouco e essa estrutura toda funciona para a eleição. Você vai ganhar muito voto, muito dinheiro, você tem controle territorial dessas áreas. Você está disposto a confrontar essa estrutura? Eu não vejo isso. Porque se quer fazer um consenso, um acordo. Porque se faz com os militares que são os autores dessa estrutura toda porque é deles que vem.

“Ah, estão enfrentando o 8 de janeiro”. Beleza, vai prender meia dúzia de generais. Mas você continua tutelado pelos militares, se subordinando aos interesses deles. Você vai continuar nesse projeto? Não vai confrontar? Para confrontar milícia no Rio, Rota em São Paulo, você vai ter que bater de frente com governadores, com deputados estaduais, porque eles estão envolvidos nessa estrutura, eles têm representantes.... Antigamente eu só via matadores vereadores aqui na Baixada. No máximo chegavam a prefeito. Hoje esses caras estão em todos os lugares. São deputados federais, são deputados estaduais. É uma estrutura que tem crescido, que tem se desenvolvido.

Agora a insegurança miliciana se espalhou pela Baixada Fluminense. É inimaginável para quem não é do Rio a diferença que faz juntar a Zona Oeste do Rio,

que já é grande, com a Baixada. É um negócio gigantesco! E nos últimos 10 anos me parece que avançou muito. Pode-se dizer que é fenômeno recente?

Nem é tão recente. A UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) faz esse processo de migração, e quando vão para a Baixada, as milícias vão para o mesmo movimento. Eu costumo chamar o Comando Vermelho de um bioindicador. Crime-indicador. Onde o Comando Vermelho se estabelece a milícia vai estabelecer disputa ali também, porque sabe que tem mercado, tem grana, tem tráfico, tem interesses ali.

O Terceiro Comando Puro é menor, vai fazer parceria em grande parte com a milícia. Hoje mudou um pouco isso porque a milícia da Zona Oeste tem feito parcerias com o Comando Vermelho em comunidades mais na Zona Oeste do Rio e não na Baixada. Isso está se reconfigurando. Mas essa estratégia dos grupos armados de disputar territórios e avançar nesses territórios já ocorre a algum tempo. E a chacina lá atrás, da Baixada, 29 mortos, lá em 2005, ainda não era esse momento. Era uma disputa de grupos de extermínio. Mas quando você vai para o início dos anos 2000, principalmente depois da UPP, aí você tem exatamente o que você falou. A milícia se espalhou, ela cresce e vai disputando com o tráfico e esses grupos começam a estabelecer relações entre si e com a estrutura policial. Isso não está isolado.

A estrutura de segurança pública ela é toda permeada por esse interesse de grupos armados. O estado vai negociar o monopólio da violência e a sua soberania a partir desses grupos armados e com isso se constrói o que muitos vão chamar de governança criminal. Você começa a estabelecer um conjunto de ações que vão controlar aquelas populações a partir do crime. Se um grupo armado fica 30 anos em um determinado lugar, como é o caso em vários lugares aqui da Baixada, esquece. São eles que vão controlar tudo ali. Vão dar status, poder, resolução de conflitos, vão dar grana, vão dar voto. Eles passam a gerenciar aquele território. Os Brazão são isso.

A Marielle morre porque ela e as lideranças do PSOL não foram capazes de perceber a evolução dos Brazão. O que eles atingiram na CPI das milícias em 2008, 10 anos antes da morte de Marielle, não eram os Brazão que 10 anos depois mandaram assassinar ela. Por quê? Houve uma evolução dessa estrutura toda. Eles tinham muito mais poder, muito mais dinheiro. Dominavam territórios com vários mecanismos de ganhos e muito mais apoio.

Eles cresceram. Começaram a comprar estrutura policial, estão dentro da estrutura política, foram crescendo. Eles talvez não esperassem que houvesse uma repercussão e uma mudança na estrutura política, como houve, e acabou atingindo eles. Mas a Marielle e o PSOL não foram capazes de perceber o risco que estavam correndo ao se confrontar com essa estrutura que é muito mais poderosa. Se não puder controlar, eles matam.

Foi quase um enfrentamento ingênuo?

Eu estava na Câmara dos Vereadores no dia do enterro. Eu fui para lá. E vi vários conhecidos. E perguntava a vários conhecidos: ninguém foi capaz de perceber isso? E todos eles disseram que não. Não havia nenhuma denúncia... Mas eles não eram uns carinhas quaisquer. Havia um ambiente ali que acho que ela não teve noção do que estava enfrentando.

Levando em conta a evolução desses grupos de extermínio, desde a ditadura militar, olhando pra frente, teremos o que, a situação de El Salvador? Das Filipinas?

Talvez o México... Eu acho que temos nosso próprio modelo. Ninguém vai nos repetir e não vamos copiar ninguém. O pessoal fala em máfia. Eu digo não. Máfia é família, é pré-estado italiano. Tem outra estrutura. Uma estrutura familiar. Secular. Não dá para comparar milícia com máfia. Mas é grupo de extermínio e milícia com estrutura armada dentro do estado que passa a estabelecer controle territorial em parceria com outros grupos armados. Esse é um modelo muito nosso. Talvez possamos nos equiparar em número de mortos com alguns países. Mas no México a população se organizou para se proteger. Aqui não, as populações atingidas são destruídas. Não tem suporte, apoio, não se organizam, não temos a construção social e cultural do México.

O que se diz é que os Brazão não têm uma milícia. Estão associados. É isso? Eles não são líderes? Essa investigação teria chegado aos mandantes do crime e aí se diz que é a milícia. Se são os Brazão, então são milicianos...

Eles se servem dos serviços dos milicianos. Os bicheiros do Rio de Janeiro todos se servem dos serviços de milicianos e policiais militares, ou grupos de extermínio em uma fase anterior.

Eles se servem da estrutura da milícia e dão legitimidade política e jurídica para essas violências. É isso?

A gente está focado no crime, no assassinato de Marielle, mas a coisa mais dura e mais difícil é o que não é crime e não é Marielle. As dimensões não criminais disso tudo. Há estruturas que passam por legalizações dentro da estrutura das prefeituras, do governo de estado, prestadores de serviços, organizações sociais, na área da saúde... Por exemplo: você quer fazer uma obra em uma prefeitura. Você abre licitação como a legislação exige. Aí tem lá o primeiro, o segundo, o terceiro colocado. O primeiro vai tentar assumir, mas o quarto vai e diz que ele é quem manda naquela região. O cara tenta ir pra lá fazer a obra e percebe que não vai conseguir. É ameaçado, não tem gente pra trabalhar pra ele, sofre acidentes que não são acidentes... O segundo também etc. e o quarto vai assumir. Isso já me foi relatado várias vezes aqui na Baixada. É uma estratégia “legal”, aparentemente legal. Ninguém vai denunciar.

Link: <https://iclnoticias.com.br/estrutura-da-milicia-vem-da-ditadura/>

Em foco X

A relação entre os Brazão, Rivaldo Barbosa, o crime organizado e as milícias no caso Marielle

Por Rossano Rafaelle Sczip
27/03/2024

A mentira como artimanha política se transformou em um método para as disputas eleitorais e, também, em um mecanismo para desacreditar seus adversários. A prisão dos suspeitos da autoria intelectual do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes representa não apenas a possibilidade da justiça tão esperada.

Significa a quebra de um silêncio imposto pela cumplicidade do governo passado e pelo envolvimento das próprias forças de segurança pública. Essas prisões podem simbolizar, ainda, a vitória da verdade sobre todas as calúnias proferidas contra Marielle.

Desde seu assassinato, em 14 de março de 2018, inúmeras foram as “fake news” espalhadas a respeito da então vereadora carioca. Crítica das milícias e da intervenção militar

nas favelas do Rio de Janeiro, Marielle foi vítima de uma campanha difamatória perpetrada pelas milícias digitais, principalmente após a eleição de Bolsonaro (2018). Marielle passou a ser: “a ex-mulher do traficante Marcinho VP”;

“a vereadora eleita pelo Comando Vermelho”; “usuária de maconha”; “defensora de bandidos”; “filha do traficante Fernandinho Beira-Mar”; etc. Era preciso relacioná-la com o crime organizado para deslegitimar o seu assassinato como um crime político.

O mais recente ataque à memória de Marielle foi dito pelo deputado federal Nikolas Ferreira (várias vezes multado por fake news e processado por pronunciamentos preconceituosos), no qual procurou vincular um dos mandantes de seu assassinato ao Partido dos Trabalhadores (PT). Seu objetivo é nítido: desviar possíveis relações do crime com a família Bolsonaro, tática adotada desde as primeiras investigações.

A fala do referido deputado e a ação das milícias digitais são expressão do método da mentira como arma política em contextos de acirrada disputa. Os fatos reais e objetivos, aquilo que realmente existe e acontece, parecem exercer menor influência na percepção das pessoas acerca da realidade. Aquilo que realmente acontece na sociedade, a verdade dos fatos registrados por câmeras, em discursos, em entrevistas e reportagens, torna-se irrelevantes. A verdade é aquilo que eu acredito e, se eu acredito, é verdade.

Essa relativização da verdade é impulsionada pelas bolhas digitais por meio das quais se interage apenas com aqueles que pensam igual, e reproduzida por meio dos algoritmos que direcionam conteúdos de acordo com a bolha digital.

Soma-se a isso, uma espécie de “inquisição popular”, em que todos se sentem empoderados a julgar tudo e todos, inclusive indo às últimas consequências, como o caso da mulher que faleceu após ser espancada por dezenas de moradores em Guarujá, São Paulo, em 2014, motivados por uma notícia divulgada em rede social que a vinculava ao sequestro de crianças.

As fake news acabam, de certa forma, imputando às vítimas a necessidade de comprovarem a sua inocência, tamanha é a relativização da verdade. Um caso bastante emblemático é do adolescente Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, baleado em uma

operação da Polícia Civil no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, em 2018. Ao ser atingido, o menino teria perguntado: “Eles não viram que eu estava de uniforme, mãe?” Enquanto o filho era operado no hospital, a mãe se deparou com uma fake news associando-o ao crime organizado. Uma foto postada em rede social mostrava um menino segurando um fuzil e identificado como sendo seu filho.

As prisões de Chiquinho Brazão, Domingos Brazão e Rivaldo Barbosa, suspeitos de mandar assassinar a vereadora carioca Marielle Franco, poderão dissipar as brumas que ainda pairam sobre o caso. Desde os interesses imediatos dos mandantes até suas relações mais estreitas com o crime organizado e com chefes políticos poderão ser desvendados.

Chiquinho Brazão é deputado federal pelo União Brasil, partido político que surgiu da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL), em 6 de outubro de 2021, mas cuja essência está na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ou seja, no partido de sustentação da Ditadura empresarial militar (1964-1985) e no subsequente Partido da Frente Liberal (PFL), das oligarquias Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães.

A base eleitoral de Chiquinho, que tem garantido cargos políticos não só a ele, mas ao irmão também, fica na região de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, área dominada por milicianos. O sobrenome da família já havia aparecido em outros processos, inclusive na CPI das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 2008.

Antes de seus dois mandatos para a Câmara federal, Chiquinho exerceu o mandato de vereador no Rio por 12 anos. Em 2019, o sobrenome Brazão voltou a ser relacionado à milícia num caso de propina a um funcionário da prefeitura. Em 2023, Chiquinho ocupou um cargo de confiança na gestão municipal de Eduardo Paes.

Domingos Brazão acumula suspeitas de corrupção, fraude, improbidade administrativa, compra de votos, etc. Em 2011, teve seu mandato cassado depois de uma investigação sobre compra de votos. Anos antes, em 2004, seu nome já havia sido associado à máfia dos combustíveis. Em 2019, Domingos foi denunciado por interferir nas investigações do caso Marielle. Assim como seu irmão, Domingos iniciou na vida política como vereador, logo ascendendo ao cargo de deputado na Alerj, de onde só saiu 17 depois

para assumir o cargo no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Como vice-presidente do TCE, acabou preso, acusado de corrupção.

Ao que tudo indica, parece ter havido premeditação por parte dos irmãos Brazão. Em 2017, um ano antes do assassinato de Marielle e Anderson, os dois trabalharam para infiltrar um miliciano nos quadros do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), a organização política de Marielle, com o objetivo de monitorar seus passos. O desagravo dos irmãos estaria relacionado ao enfrentamento da vereadora às atividades das milícias e da grilagem de terras. A firme determinação de Marielle para destinação de terras para moradias populares se contrapunha ao esquema da família Brazão de grilar terras para fins comerciais. Trata-se de uma área aonde a especulação imobiliária e as construções ilegais vêm crescendo enormemente, motivadas, sobretudo, pela ação das milícias e de traficantes.

Rivaldo Barbosa foi nomeado pelo General Braga Netto chefe da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro um dia antes do assassinato de Marielle e Anderson. Foi para Rivaldo que o então deputado estadual, Marcelo Freixo, ligou para informar sobre o crime. Um ano depois, Rivaldo foi denunciado por receber propina para atrapalhar as investigações sobre o caso e por fraudes em licitações. Rivaldo é acusado, também, de firmar acordos com infratores para encobrir crimes ligados aos jogos ilegais, como o do bicho, por exemplo. Barbosa foi contra a transferência das investigações sobre o assassinato de Marielle para a esfera federal e, ainda, forjou uma testemunha para atrapalhar as investigações.

A relação dos suspeitos com o crime organizado e com as milícias diz muito sobre como a política, o crime organizado e as milícias estão entrelaçados. Essa situação da cidade do Rio de Janeiro deve servir de alerta para pensar como um sujeito sem expressão política alguma, sem a capacidade cognitiva de fazer um discurso, mesmo quando lido, que, ao longo de sua atividade política em quase trinta anos como parlamentar, aprovou apenas dois projetos, tenha conseguido se reeleger tantas vezes e ainda, chegar à presidência da República. Ao analisar o resultado da última eleição presidencial, é possível verificar que nos bairros cariocas controlados pelas milícias, Bolsonaro recebeu mais votos que seu opositor, Lula.

O autor dos disparos que vitimaram Marielle, Ronnie Lessa, sargento reformado da Polícia Militar do Rio, morava no mesmo condomínio do ex-presidente, cujo filho mais novo namorou com a filha de Ronnie. Lessa carrega consigo uma longa lista de crimes envolvendo tentativa de tráfico internacional de armas, venda ilegal de armas e duplo homicídio numa disputa por zonas de influência de milícias rivais.

Ronnie foi formado pelo Batalhão de Operações Especiais e, juntamente com Adriano da Nóbrega, ex-capitão do Bope, morto em uma operação da PM baiana envolta em contradições, dúvidas e mistérios, atuava no Escritório do Crime, uma espécie de força paramilitar de matadores de aluguel a serviço de bicheiros, milicianos, políticos e outros poderosos do Rio. Interessante observar que Nóbrega liderava a milícia desde sua criação em 2007, sendo que sua mãe e sua esposa passaram a exercer cargos de confiança no gabinete do deputado estadual Flávio Bolsonaro somente a partir de 2012, e por lá ficaram até novembro de 2018.

É fundamental ainda ressaltar a proximidade das famílias Bolsonaro e Brazão, que estiveram lado a lado dividindo carros de som e palanques eleitorais na campanha presidencial de Bolsonaro e possuem interesses na “regularização” de terras para a especulação imobiliária ilegal na região oeste do Rio, base eleitoral de ambas as famílias.

Ao mesmo tempo, cabe lembrar a exigência de Bolsonaro para que seu ministro da Justiça, Sérgio Moro, trocasse o comando da Política Federal do Rio de Janeiro que vinha investigando alguns aspectos do assassinato, além da espionagem da Agência Brasileira de Informação (Abin) sobre a promotora do caso Marielle.

Quando a notícia do assassinato de Marielle e Anderson vieram a público, as redes sociais foram tomadas por uma espécie de distopia, na qual pessoas, intencionalmente, passaram a fabricar e propagar inverdades sobre as vítimas, sobre a autoria, sobre o caso. Para cada notícia falsa desmentida uma nova surgia. Mesmo com a possibilidade de acesso a toda e qualquer informação, com toda a possibilidade de certificação da veracidade dos fatos, as mentiras continuavam a ser espalhadas. Nem mesmo a credibilidade de interlocutores ou de alguns poucos meios de comunicação mais sensatos conseguiam quebrar o ciclo da reprodução das fake news. Estes, como contraditores da “nova verdade”, eram logo

desqualificados, e a bolha virtual se encarregava de garantir acesso às informações diretamente nas fontes criadoras e propagadoras da mentira. Sinal obscuro de uma época na qual a credibilidade está naquele que diz o que eu penso.

Esse quadro torna urgente a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2630, de 2020, que propõe a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na internet, conhecido também como o PL das fake news. Na sessão que votou o regime de urgência do referido PL, os partidos União Brasil, Progressista, Partido Liberal (de Bolsonaro e tantos outros bolsonaristas, como Nikolas Ferreira), Cidadania e Novo, votaram majoritariamente contra. O partido de Bolsonaro, que possui a maior bancada na Câmara Federal, registrou 79 votos contrários para o regime de urgência do PL das fake news, que continua parado na Câmara.

A relação dos suspeitos pela morte de Marielle e Anderson com o crime organizado e com as milícias diz muito sobre a forma como as expressões política, jurídica e legal das contradições sociais atuam para perpetuar o atual estado de coisas. Longe de representar a possibilidade de solução dos conflitos presentes na sociedade, tais instituições agem para reproduzi-los. Enquanto parlamentares e militares investigarem e julgarem a si próprios, a justiça será apenas uma dissimulação, um fingimento, uma simulação. Enquanto os mandatos parlamentares não estiverem submetidos à revogabilidade popular e ao financiamento público, sem possibilidade alguma de investimento empresarial ou privado, essa democracia continuará restrita aos grupos econômicos e às oligarquias familiares.

Da mesma forma, a permanência da imunidade parlamentar, mecanismo que visa impedir que políticos sejam julgados por eventuais crimes comuns, poderá perpetuar a impunidade que reina quando, sobre o infrator, recaem olhares de cumplicidade.

O infrator já sabe, de antemão, que será julgado por seus iguais. Não a igualdade de posição, como parlamentar, mas uma igualdade nas infrações, nos crimes, na ilegalidade. Se não fosse assim, o que explicaria a existência de partidos cujos quadros são formados por patrocinadores da grilagem, do garimpo ilegal, da invasão de terras indígenas e quilombolas, do assassinato de lideranças populares e tantas outras barbáries. A complacência, a desfaçatez, com a criminalidade é tanta que teve partido indicando para a presidência de uma

de suas sessões o assassino de Chico Mendes, ambientalista e sindicalista, reconhecido internacionalmente pela sua luta em defesa da floresta amazônica.

O assassinato de Marielle e Anderson escancara um outro problema que parece longe de ser resolvido: a impunidade de agentes das forças de segurança, agravada por um código militar que caracteriza denúncias contra a oficialidade como insubordinação, por uma justiça própria, na qual parceiros de farda julgam seus pares, resultando, quase sempre, em penas brandas ou mesmo no arquivamento dos processos.

Quanto mais alta a patente, mais certa é a impunidade. A milícia denominada Escritório do Crime foi formada por um capitão e por um major da PM carioca enquanto ainda faziam parte da corporação. Não se pode esquecer dos “bicos” exercidos por servidores da segurança pública em favor de empresas, bicheiros, donos de bares, boates e afins.

O caso Marielle descortina os meandros da corrupção latente nas forças policiais que ligam crime organizado, forças de segurança e as instituições políticas e jurídicas. Mais grave que isso, é a evidente reprodução da violência desmedida contra todos aqueles e aquelas que se levantam contra as injustiças que marcam nossa história. Que o legado de Marielle, e de tantos outros lutadores do povo, siga servindo de exemplo e inspirando a luta por uma sociedade livre das desigualdades sociais, da miséria, da opressão e da exploração.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/27/a-relacao-entre-os-brazao-rivaldo-barbosa-o-crime-organizado-e-as-milicias-no-caso-marielle>

Agenda Acadêmica

2ª Semana Nacional de Jornalismo da ABI

Apresentação: Para marcar os 60 anos do golpe civil-militar de 1964, a Associação Brasileira de Imprensa, em parceria com cinco universidades públicas do país, realiza a II Semana Nacional de Jornalismo ABI, de 1 a 5 de abril, em Juiz de Fora, Natal, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

O evento 60 Anos do Golpe – 1964/2024, uma iniciativa da Comissão de Educação da ABI, contará com a participação não só de jornalistas que viveram o golpe e lutaram contra a ditadura, como também de professores universitários, historiadores, pesquisadores e políticos de vários estados.

Com o objetivo de revisitar o marco inicial de um período de 21 anos de ditadura no Brasil, a II Semana Nacional de Jornalismo ABI quer levar aos jovens o testemunho pessoal, o relato profissional e o resultado de estudos científicos que se debruçam sobre um momento político que deve ser lembrado para que nunca mais se repita.

Data e local: 1 a 5 de abril. Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF. O evento também terá transmissão online.

Para mais informações:

<https://www.abi.org.br/2-a-semana-nacional-de-jornalismo-vai-debater-os-60-anos-do-golpe-de-1964/>

Seminário Internacional “60 anos de 1964: Lembrar para não esquecer”.

Apresentação: O Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), o Departamento de Ciências Humanas e o Grupo de Pesquisa Tempo (Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder) promovem, de 15 a 18 de abril, o Seminário Internacional “60 anos de 1964: Lembrar para não esquecer”. Pesquisadores de diversas instituições do Brasil e do exterior vão se reunir para debater o papel de diferentes atores e as consequências da ditadura instaurada após o Golpe Militar.

As atividades serão realizadas no auditório do bloco C e no miniauditorio da FFP, na Rua Dr. Francisco Portela, 1470, Patronato, em São Gonçalo. Para participar, não é necessário fazer inscrição prévia.

Data e local: 15 a 18 de abril. UERJ-FFP, São Gonçalo-RJ.

Para mais informações: <https://www.uerj.br/agenda/seminario-na-ffp-aborda-ditadura-militar/>

Exposição “Esqueleto: algo de concreto”

Apresentação: A Coordenadoria de Exposições (Coexpa) da Uerj inaugura, no dia 14 de março, das 16h às 19h, a exposição “Esqueleto: algo de concreto”, nas galerias Candido Portinari e Gustavo Schnoor, no campus Maracanã.

A mostra, que reúne seis curadores e 42 artistas de diferentes gerações e trajetórias, convida o visitante a refletir sobre a construção/desconstrução do campus Maracanã, onde antes havia a Favela do Esqueleto, removida durante a ditadura militar.

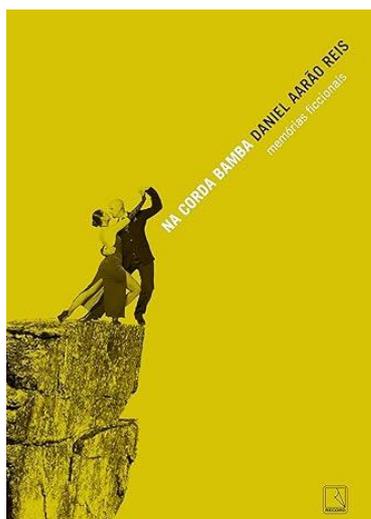
No dia 20 de março, às 14h, serão inauguradas a Ocupação de Jefferson Medeiros, na Faculdade de Formação de Professores (FFP), em São Gonçalo e a Ocupação de Sheila Mancebo, no Instituto Politécnico (IPRJ), em Nova Friburgo.

“Esqueleto: algo de concreto” fica em cartaz de 15 de março a 9 de maio, de segunda a sexta, das 10h às 19h. Entrada franca.

Data e local: “Esqueleto: algo de concreto” fica em cartaz de 15 de março a 9 de maio, de segunda a sexta, das 10h às 19h. Entrada franca.

Lançamentos

NA CORDA BAMBA. Daniel Aarão Reis. Editora Record. 2024.



Sinopse: Às vésperas do aniversário de 60 anos do golpe militar de 1964, *Na corda bamba* nos apresenta um retrato ficcionalizado da experiência de uma geração de jovens e da sociedade brasileira nas sombrias décadas de 1960 e 1970.

Estruturada em três partes – “Ditadura”, “Exílio” e “Retorno” –, a narrativa se desenrola por meio de contos que acompanham os traumáticos acontecimentos do período – a partir de personagens plurais, tanto progressistas de esquerda quanto apoiadores do golpe. Ambientadas no Rio de Janeiro, em Argel, Paris, Santiago, Havana e de volta ao Rio de Janeiro, as histórias retratam, com sensibilidade e não raras vezes humor, o cotidiano, as vivências e as dores daqueles jovens cheios de ideologia e sonhos. O livro marca a estreia do autor na literatura e pode ser considerado uma ficção histórica, com muitos aspectos autobiográficos, já que Daniel Aarão Reis esteve entre os jovens que resistiram e lutaram contra o golpe.

Como bem escreveu na orelha Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, *Na corda bamba* “nos presenteia com esta afortunada incursão numa ficção inspirada em sua vasta experiência de vida”. Uma maneira de relembrar esse momento difícil da história do Brasil.

Expediente**Reitora****Prof^ª. Gulnar Azevedo e Silva****Vice-reitora****Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues****Pró-reitor de Graduação****Prof. Antônio Soares da Silva****Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa****Prof^ª. Elizabeth Fernandes de Macedo****Pró-reitora de Extensão e Cultura****Prof^ª. Ana Maria de Almeida Santiago****Diretor do Centro de Ciências Sociais****Prof. Renato dos Santos Veloso****Coordenadora do PROEALC****Prof^ª Silene de Moraes Freire****Editora Responsável****Prof^ª Dra. Silene de Moraes Freire****Editor****André Luiz Brito Silva Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****Coordenação de Produção****Brena da Silva Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****André Luiz Brito Silva Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****Diagramação e Revisão****Thaís Lopes Cortes****(PROEALC/CCS/UERJ)**

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.